Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

LIDO EM SESSÃO
Em 07/06/18
1º Secretário

APROVADO
Na Sessão do dia 07/06/18
Presidente

AUDIÊNCIA PÚBLICA

GESTÃO FISCAL 2018

1º QUADRIMESTRE

Alagoinhas, 22 de maio de 2018.

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, à hora regimental, realizou-se à Câmara Municipal de Alagoinhas uma Audiência Pública de acordo **Oficio nº 075/2018 – GAPRE, do Poder Executivo,** para apresentação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 2º Bimestre/2018 e do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018. **Dentre os convidados presentes: Daniel Ivo Neri Grave - Secretário Municipal de Fazenda, Leila Carla Vila Flor Souza Gabriel – Controladora Geral do Município, Moacir Lira de Oliveira – Secretário**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Municipal de Saúde, Fabricio Santos de Faro – Secretário Municipal de Educação, Jean Ander Martins Santos Silva – Secretário Municipal de Administração e os Vereadores Luciano Márcio Santos Almeida, Raimunda Neire Florêncio d Souza, Roberto José Torres de Lima, Darlan Lucena de Oliveira, Caio Ícaro Silva Ramos, Noberto Alves Moita "Bebé", Jorge Gonçalves "Jorge da Farinha", Luciano Sérgio de Jesus Santos, Francisco Ribeiro de Oliveira "Thor de Ninha", João Henrique de Jesus Meireles Paolilo, Raimundo Alves dos Santos "Gode", Edilson Ferreira Lima "Duy do Frango", José Carlos Lins de Lima "Pastor Lins". Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Presidente Roberto José Torres Lima, que transformou a Trigésima Sessão Ordinária em Audiência Pública, registrou as ausências dos Vereadores Anderson Cesar Baqueiro da Silva e Juracy

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Ferreira do Nascimento, em seguida passou a palavra ao Sr. Daniel Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Gostaria de saudar a todos os presentes. E dizer que é sempre gratificante voltar a está Casa. E hoje viemos falar da prestação de conta da Gestão Fiscal do município de janeiro a abril desse exercício. Já é de praxe a SEFAZ junto com a COGER apresentar os números e dados fiscais e depois abrir para o debate. Em seguida o Sr. Secretário de Fazenda Daniel Grave junto com a Sra. Leila Carla Vilas Flor Controladora do município apresenta os números da Execução Orçamentária, os Resultados Primários e Nominal estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentarias de 2018, as Despesas com Pessoal e Encargos em relação à RLC, e a aplicação dos percentuais mínimos Constitucionais em Educação, FUNDEB e Saúde, que estão em anexos a essa Ata. **Após a conclusão da**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

apresentação, o Sr. Presidente passa a palavra aos Srs. Vereadores. Com a palavra o Vereador Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Gostaria de saudar a todos os presentes. Olhando à apresentação temos uma preocupação na questão do ISS. Gostaria de saber se está retendo os ISS das empresas que prestam serviços em nossa cidade, e que estão registrados em outra cidade? Porque a partir do momento que presta serviço em nossa cidade tem-se que arrecadar para o município. Com relação à Lei do ISS dos Carões de Crédito e das operações financeiras dos bancos se estão sendo recolhidos? Com relação à CIP, temos um Requerimento aprovado nesta Casa, e solicitamos a vindo do Sr. Secretário para maiores explicações. Gostaria de uma explicação sobre o auto de infração da Receita Federal dos créditos relacionada à retenção dos doze milhões de reais do PASEP e do REDA. E quais a providências que estão

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

sendo tomadas com relação a esses créditos compensados? E qual o período? E de que forma a administração está tratando essa situação? E os dezesseis milhões retidos então dentro desses valores? Obrigado! **Responde Sr. Secretário, diz:** com relação ao ISS, pra quem presta serviço ao município automaticamente fica retido em Alagoinhas. Desde de outubro do ano passado, mudamos o sistema software. Com relação à CIP vir para audiência, mais foi no mesmo dia da reunião do SAAE, estendendo-se, e ficamos para discutir em outra ocasião. Com relação à Previdência, quando a Receita Federal fiscaliza o município, o órgão imputa o debito, no caso cobrando do Prefeito atual. Nós que estamos hoje na administração precisamos honrar dos débitos anteriores. Agora existem obrigações jurídicas de responsabilização. O município nos períodos de 2013 e 2014 fez compensações com a receita federal de credito que

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

não existiam. Lavrou-se um auto de infração o município recorreu, e hoje na nossa gestão deu-se o auto. No segundo auto é no valor de dez milhões de reais. O outro auto é de informações alteradas da GFIP e GPS por questão de fraude no valor de dez milhões de reais. Terceiro auto foi do PASEP não recolhidos no valor cinco milhões. E no quarto auto foi no valor de quatro milhões de reais foi servidores do REDA que o município não pagava a Previdência, no total de trinta e dois milhões. Isso são valores dos anos de 2013 e 2014, porque ainda falta dos anos de 2015 e 2016. A Procuradoria está tomando as medidas cabíveis e judiciais para resolver esses problemas. Com relação a esses débitos foram feitos parcelamentos aos quatro autos de infrações. **Pergunta Vereador Luciano Almeida,** com relação ao concurso foram chamadas as cem pessoas? **Responde o Sr. Secretário diz:** que as vagas foram preenchidas através de concursos. No

CRAS, na Saúde e na Educação estavam sem pessoal então fomos obrigados a nomear essas pessoas. Porque esses elementos estão ligados ao Programa, e com isso o município deixaria de receber os benefícios do Governo Federal. **Com palavra Ver. Luciano Almeida, diz:** que o município fez o dever de Casa no ano de 2017. Mesmo com esses autos de infrações, o município está com as despesas equilibradas. Esse esforço conjunto de toda administração. Em que situação está PEMAT, que votamos nesta Casa no valor de cinco milhões de reais para modernização da maquina pública. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** que o PEMAT foi votado nesta Casa, e demos entrada no BNDS, mais deu azar de algumas mudanças na politica do banco. Mas retornou em abril, e em maio foi aprovado pela Caixa Econômica Federal. Logo, foram aprovados no BNDS e na Caixa e nos próximos dez dias estará alimentando um sistema especifico, e

no meados do mês de junho consiga ter o repasse da primeira parcela do PEMAT. Independente dessa situação as despesas legíveis com o PEMAT, todos os processos de contratações estão prontos. Então vamos licitar e aguar os recursos serem liberados. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador João Henrique Paolilo, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes. E desde já parabenizar a equipe técnica da Fazenda e da Controladoria, sendo a Secretária mais atuante desse novo governo. Pessoalmente tenho algumas demandas no meu mantado, e estou sendo bem atendido. Não chegamos à conclusão satisfatória mais não tenho duvida que o poder público será sensível nas demandas das comunidades rurais com relação ao IPTU. Gostaria de saber com relação aos créditos das instituições financeiras? **Responde o Sr. Secretário, diz:** que inicialmente os bancos recorreram. Mas tem que

fazer o dever de Casa que é adequar o sistema de software. Mas o direito de cobrar não suspende. **Retoma a palavra Ver. João Henrique, diz:** que essa renda será de extrema importância para o município. Tiveram um defect. primário alto, de acordo com a crise financeira do país, mais a crise se dar por conta do comercio não conseguir repassar com o preço de venda, e por essas questões o Governo Federal tem colocado nas contas dos municípios. A crise está presente e deve ser enfrentada de forma responsável pelos governos públicos. E nessa apresentação o que mim chamou a atenção foi das despesas correntes de abril de 2018 de aproximadamente cem milhões de reais, sendo 30,95% superior ao mesmo período do ano passado. Então é uma variação alta. E com relação a despesas com pessoal está passando do limite prudencial. Diante dessas questões estamos preocupados. Esperamos com aprovação desse Decreto que

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

entrará em vigor, busca-se ordenar e organizar esses gastos. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** que os dois Decretos são vigentes. Mas um Decreto sofreu alteração a pedido do Sindicato para mudanças. Mas estamos alerta para 2018. Com relação ao aumento das despesas correntes foi por contas de varias licitações de contrato de serviço. E isso aqueceu a economia do município gerando renda. **Retoma a palavra Ver. João Henrique, diz:** que acha importante ter orçamento. Com relação da entrada do REFIS, programa do parcelamento do município, está preocupado porque do ano que vem não terá essa receita. **Responde o Sr. Secretário, diz:** que está buscando outras receitas. E conseguiu o incremento de 28% para o próximo ano. **Responde a Sra. Secretária, diz:** com despesas com pessoal a gestão negociou com o Sindicato elaborou um Projeto de Lei, para padronizar um valor fixo para as gratificações de

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JUNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

atividades colegiadas, com a Lei vigente com aplicação de 30% em cima do salário base, através de negociação com o Sindicato. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Luciano Sérgio, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes. De fato essa é uma tarefa de responsabilidade nossa de acompanhar os quadrimestres, e hoje só ouvir os precatórios. Na administração pública tudo que se faz tem consequência, principalmente, para os Secretários que estão assumindo a pasta, inclusive Educação e Saúde e Assistência Social. Porque responde pelos seus atos. Tenho uma colega Diretora do Estado, que depois de sete anos está pagando multas pelo um processo por causa de erro na tramitação. Então o que mim trouxe aqui foi o compromisso com minhas lutas, e com minha própria história. Por ser oposição penso na responsabilização. Porque quem faz mal ao serviço público tem que ser penalizado.

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Esses autos são vinculados ao REDA da Secretária de Saúde e Educação? Diante do Poder Legislativo, sabemos do papel institucional que esta sendo feito aqui hoje, e nossa obrigação é fiscalizar o Executivo. Então queremos que a mesa diretora faça um processo para podermos investigar com relação os sequestros vinculados aos anos de 2013 e 2014. Desde já se criar uma CPI. Queria propor aqui neste momento que isso fosse um instrumento da Mesa Diretora da Casa Legislativa. Na época o Sr. Secretário de Fazenda Renato Almeida, disse aqui em reduzir a forma de pagamento do INSS de uma economia de forma exorbitante. Liguei para Renato para ele mim desse retorno com relação a essa questão. Até a dinâmica do município hoje tem que ser repensada. Temos vários precatórios, e não podemos ficar inerte nesse processo. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** que mandara os autos para está Casa. **O Sr. Presidente passa a**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

palavra ao Vereador Francisco Oliveira "Thor de Ninha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Gostaria de saudar a todos os presentes. Gostaria de parabenizar ao Secretário pelo material ter chegado com antecedência a está a Casa. Com relação as despesas com Capital está no valor de onze milhões e quarenta mil reais, com percentual de 22,13%. Porque não ter chegado a 33%? Com relação à Educação, teve um percentual de 23,71%, e está abaixo, apesar de que no primeiro semestre dos meses de Janeiro e Fevereiro são altos. Porque estamos ineficazes em gastar recursos? Com relação à Saúde o valor está acima dos 15%, não está refletindo bem na pauta. Se não está refletindo porque não gasta um pouco a mais desses recursos? Por isso, que á a má utilização desses recursos. Diante dessa situação esse será melhor momento para se discutir essas questões. Porque é o único momento do Governo que se discute a prestação de

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

conta com a sociedade. E nesse momento poderíamos mais aprofundar esse debate. E nisso sinto falta dos Secretários, que não valoriza a prestação de contas do município. Esta sendo feita a obra na Praça Rui Barbosa e não temos valores de quantos são gastados. Então não vejo uma linha de transparência. Tenho duvida com relação a UPA do Bairro do Barreiro, que tem um contrato de 2018, no valor de aproximadamente seiscentos mil reais, para refazer aquilo que já tinha sido feito. Porque foram roubados, e temos ser responsabilizado por isso. No ano passado alertamos o Secretário na época Rodrigo Mattos, que aquela UPA estava abandonada a mercês de vândalos. E a resposta do mesmo foi que não poderia intervir porque estava na mão da empresa. Então essa empresa tem que ser responsabilizada por isso. O que foi gasto com CIPE este ano? Foram gastos um milhão e quatrocentos mil reais e a cidade continua as escuras. Então nesse

momento o Governo tem que ser transparente. Essas ações do Governo que nos deixa preocupado. Não são colocados os valores das obras nas placas e nem a empresa responsável pela execução das obras. Temos uma Lei municipal aprovada em 1999, que diz claramente que fica o chefe do poder executivo obrigado a colocar placas alusivas oriundas do município o valor da obra, e nome da empresa construtora, origem dos recursos e o numero de Edital da concorrente. Então com esses problemas como conseguimos acompanhar os desembolsos dos recursos da CAF? Então estou tratando desses assuntos por causa da transparência. **Responde o Sr. Secretário, diz:** com relação a despesas de capital empenhada vai está compatível. Mas a liquidada é o serviço que foi prestado não é 100% CAF, tem uns contatos de repasse são contratualizados com Caixa Econômica Federal. Então o cronograma de desembolso se dar na

velocidade que a SEFAZ faz e deseja. Uma obra que estava previsto o recebimento em março a caixa pode ter diligenciado o serviço parcial e a empresa teve que refazer, e receber só em abril e maio. A maior parte de investimento é oriunda de repasses de contrato com a Caixa Econômica Federal. Esse cronograma de desembolso, monitoramos, mais é um poder da Caixa que muda com frequência. Com relação à Saúde e Educação do percentual aplicado X qualidade do serviço, esse quadro é obrigatório, mais só o executor da pasta pode ordenar. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Moacir Lira de Oliveira – Secretário Municipal de Saúde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes. Estou há pouco tempo na pasta da Saúde. Mas com relação a UPA pedir uma auditoria interna, inclusive com Ranieri da SESAU – Engenheiro Responsável, pedindo as informações. Essas informações estão em andamento mais

herdamos e precisamos ajustar. Realmente está conta sendo paga, por conta de ingerências anteriores e não quero entrar no mérito. A Gestão é contínua e temos que responsabilizar a empresa se for o caso ou os gestores da época. Teve uma depredação total do patrimônio, mais estamos buscando a resolução desse patrimônio. Estamos pagando uma conta por isso, e temos nos responsabilizar e ver formas de minimizar. Quanto é investido na saúde, sabemos que saúde é muito cara. Temos muito vários processos de Judicialização, e um conjunto de fatores que interfere. E umas das maiores dores de cabeça hoje é com folha de pagamento, aonde temos que racionalizar e aplicar melhor esses recursos. Identifiquei nesses poucos meses uma utilização desses recursos humanos de maneira mais racional, além da forma de contratação. Temos terceirizadas, cooperativas, quanto a isso onerou nossa folha

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

impactando no índice de pessoal, com a GAC, gratificação com produção, e precisamos aferir melhor essas metas. Porque temos percentuais muito altos. Temos a maternidade, SAMU e CAPS que trabalham 24 horas. E disse para o Prefeito que Secretária de Saúde não é uma Secretária Municipal e sim uma Secretária Regional de Saúde. Porque não existe uma regulação na Maternidade, sendo uma porta aberta para os municípios circunvizinhos. E estamos imaginando com a Policlínica um investimento cento e sessenta e cinco mil/mês, que isso se reverta pra folgar nossas especialidades. A nossa folha de pagamento é altíssima, e não é encharcando a Saúde de funcionários que iremos resolver a demanda. Então temos que melhorar nossos índices na atenção básica, sobretudo para está não sobrecarregando as especialidades. Temos que fazer capacitação urgente, e modificar a forma inclusive de contratação e de inserção dessas

pessoas. Então é uma questão muito complexa. Estou na fase do diagnostico, e diante disso sugiro uma audiência pública para discutir com a Câmara trazendo números e indicadores. Obrigado! **Com a palavra Sr. Presidente José Cleto dos Santos, diz:** que é importante a presença dos Secretários para tirarem as dúvidas dos Vereadores e da sociedade em modo geral. E com relação a audiência pública ira propor através de Requerimento para melhores esclarecimentos. **Com a palavra o Sr. Secretário de Fazenda, diz:** com relação a Lei que obriga nas obras as placas não conhecia a Lei. Vai adotar como praxe. **Com a palavra o Ver. Luciano Almeida, diz:** que o Lider do Governo entrará com um Requerimento para uma audiência pública para discutir a situação da saúde em nosso município. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Jorge Gonçalves "Jorge da Farinha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

saudar a todos na Mesa na pessoa do José Cleto e os demais presentes. Hoje vir para essa audiência pública pensando que iria sair "Lasca de Fogo", mais gostaria de parabenizar o nobre Vereador de oposição Vereador "Thor de Ninha" nas suas intervenções. Desde já pedir a Maryella Bastos fazer esse registro para levar a mensagem ao Executivo. E dizer dá nossa preocupação com o valor trinta e dois milhões dito pelo Secretário de Fazenda com relação aos autos de infração. Desde a posse do Prefeito Joaquim Neto, o mesmo teve uma tarefa difícil em pagar folha de pagamento, devido aos débitos deixados pela administração anterior e hoje chega esse valor para ser pago. Quando Presidente da Câmara o Tribunal de Contas mandou para está Casa uma divida no ano de 2000 nos valores de cento e sete mil reais e de cinquenta mil reais (INSS, empréstimos) e se fosse pagar não teria dinheiro para pagar a folha de pagamento. Por conta dessa

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

situação minhas contas foram rejeitadas. Então já está na hora de mudar essa Lei. O Governo que assumir a administração tem que arcar com suas contas. Tenho certeza que essa administração através dos Decretos ira tomar as devidas providências. Com relação a gratificação do servidor, gostaria de uma explicação do acordo junto ao Sindicato? Diante dessa situação gostaria de parabenizar a equipe de governo que vem fazendo excelente trabalho. Obrigado! **Responde Sr. Secretário, diz:** que o Sindicato sugeriu ao poder executivo que a gratificação fosse fixada em valor final e não em percentual. **Com palavra Ver. Jorge Gonçalves, diz:** que tem funcionário que participa das Comissões com direito 30%. Isso ira continuar? Com relação à presença dos Secretários como líder do Governo fará uma solicitação ao poder executivo para que na próxima apresentação do quadrimestre estejam todos presentes.

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Responde Sra. Leila Carla – Controladora, diz: que não ira continuar. Esse 30% será em cima do salário, com todos ganhando no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) de acordo como o sindicato. **Responde Sr. Secretário de Saúde, diz:** que a UPA do Barreiro foi aplicada a multa na empresa. Por não ter concluída a obra e não guardar a obra ocasionando a depredação daquele prédio. Foi aplicada multa 5% do valor de garantia do contrato. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Vereador Raimundo Alves "Gode", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de parabenizar ao Secretário de Fazenda pela excelente apresentação e sua equipe de Governo. E dizer que minha preocupação maior é com Maternidade de Alagoinhas. Desde já peço ao Sr. Secretário que olhe com mais cuidado aquela autarquia. Obrigado! **Considerações Finais – Sr. Daniel Grave – Secretário de Fazenda, diz:** que os pedidos dos vereadores serão acatados.

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Hoje a transparecia está presente e tem que cumprida. Obrigado! **Com a palavra a Sra. Leila Carla – Controladora do Município, diz:** que a Controladoria em conjunto com todas as Secretárias tem constantemente a parir desses números para minimizar os impactos para os próximos quadrimestres. E em conversa com Sandra - Presidente do SIMPA que queremos apoio do Sindicato. E estamos abertos para qualquer tipo de interferência de qualquer setor de órgão de controle. Obrigado! **Nada mais havendo, o Sr. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 24 do corrente mês e, em nome de Deus, encerrou os trabalhos. Para constar, foi a lavrada a presente Ata que após lida, discutida, aprovada e por todos assinada, será arquivada.**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de
Alagoinhas
Transparência e Respeito

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO